



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675-1127) – 09 a 11 de outubro de 2023 – Centro Universitário São Lucas – Porto Velho

DESAFIOS NO ACESSO AO TRATAMENTO DE ENVENENAMENTO POR SERPENTES EM POPULAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA

Zaira Cristina Barbosa Assis, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
zairastudy2022@gmail.com

Poliana Mazuchini Belai, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
poliana_mazuchini.belai@hotmail.com

Leidiane Amorim Soares Galvão, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
leidiane.soares@saolucas.edu.br

Andreimar Martins Soares, Centro Universitário São Lucas Porto Velho,
andreimar.soares@saolucas.edu.br

INTRODUÇÃO: Os acidentes ofídicos são considerados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma Doença Tropical Negligenciada (DTN). Uma característica das afecções que se enquadram como DTN é que atingem populações de menor poder socioeconômico. No que diz respeito aos acidentes com serpentes no Brasil, além de notória disparidade entre a região Norte em comparação as demais, nesta é evidente o abandono em relação a população indígena, que além de percentualmente possuírem maior número de casos, de acordo com SCHNEIDER 2021, são 6x mais afetados do que a população branca, sofre com dificuldade de acesso ao tratamento adequado e por conseguinte, são mais atingidos por sequelas graves, maior morbidade e mortalidade, além de muitos casos não notificados. Para o enfrentamento dessa situação é necessário entendimento dos empecilhos que a permeiam. **OBJETIVO.** Elucidar os desafios enfrentados pelos povos autóctones ao acesso adequado para tratamento do envenenamento por serpentes. **MATERIAL E METODOLOGIA:** Para a construção do resumo foi realizado uma busca bibliográfica nas plataformas “PUBMED” e “Google Scholar”, usando os descritores “indigenous”, “access” and “snakebite” combinados de diferentes formas. Entre os resultados foram selecionados 6 artigos, dos últimos 5 anos, que abordavam o tema na região Amazônica para elaboração do trabalho. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Entre os principais obstáculos para um acesso ao soro antiofídico pela população indígena, destaca-se a concentração da distribuição do produto. Apesar de cerca de 77 centros de distribuição na Amazônia Ocidental Brasileira, muitos desses postos não recebem suplemento de maneira



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675-1127) – 09 a 11 de outubro de 2023 – Centro Universitário São Lucas – Porto Velho

contínua, os povos ainda enfrentam dificuldades para acesso e locomoção aos centros em que são ofertados o tratamento. Em razão do isolamento geográfico, a locomoção até um polo de distribuição geralmente ocorre de forma lenta, por barcos. Em algumas áreas extremamente remotas, é necessário o envio de transporte aéreo; em pouquíssimas aldeias há disponibilidade de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Ademais, a comunicação nessas regiões é precária e ocorrem de forma intermitente via rádio, o que atrasa ainda mais o processo de condução do enfermo. Em razão dessa situação muitos optam por se locomoverem de forma independente, sem a segurança adequada. Essa negligência é expressa em números: entre os óbitos associados a mordedura de cobras na população amazônica brasileira, 22% não receberam atendimento médico e 47% não receberam soro antiofídico (BECK, 2022). Outrossim, o atraso na busca de tratamento também é afetado por crenças curativas tradicionais (uso de plantas, tabaco, orações), e associação da enfermidade a causas sobrenaturais. Muitas vezes, a decisão de buscar ou não atendimento hospitalar é definida por líderes na comunidade, que são guias para determinar se ocorreu um acidente ou é um ato de punição (DE FARIAS, 2023). Atualmente, algumas aldeias possuem centro de saúde próximos com assistente de saúde indígenas e, quando diante de um caso grave, enviam imediatamente os infringidos por mordedura de cobras. No entanto, há desacordo entre membros por julgarem isso como uma interferência cultural. Um estudo transversal conduzido nos distritos de saúde indígenas “Alto Rio Solimões” e “Alto Rio Negro” que teve 187 participantes, descobriu que a disponibilidade de medicina indígena como única opção na aldeia foi a principal razão para o não acesso à assistência médica (75%), seguida pela falta de recursos financeiros e meios de transporte (28,1%) (SEABRA, 2023). O atraso no acesso a terapia antiveneno se associa a sequelas graves e permanentes e podem resultar em perda funcional, perda de um membro e até a morte. Outro obstáculo tange ao serviço de reabilitação, que é concentrado em grandes centros/capitais, distanciando os afetados de seu território e laços comunitários, o que muitas vezes resulta na desistência. Alguns estudos avaliam a possibilidade de assistentes de saúde indígena não médicos aplicarem o soro antiofídico, defendem que, com treinamento adequado esses profissionais são capazes de aplicar corretamente (SACHETT, 2024). Entretanto, a falta de recursos (humanos e materiais) é uma problemática a ser resolvida, mas ainda assim, essa possibilidade é vista como viável. **CONCLUSÃO:** Entendido os desafios abordados, fica evidente a necessidade de melhora na distribuição do soro antiofídico, através da



Anais da VIII Semana da Diversidade Humana (ISSN 2675-1127) – 09 a 11 de outubro de 2023 – Centro Universitário São Lucas – Porto Velho

descentralização do serviço, que deve ocorrer de forma transcultural, permitindo que aconteça nos centros de saúde indígenas, com cuidadores que compreendam a cultura local. Contudo, essa possibilidade não é simples de realizar, devido à exigência de ambientes com suporte avançado.

Palavras- chave: Acidentes ofídicos; Saúde indígena; Acesso ao tratamento.